

Desertos de notícias no Brasil: Discussão conceitual e novos aportes sobre sua localização

News deserts in Brazil: Conceptual discussion and new contributions about its location

Desiertos de noticias en Brasil: Discusión conceptual y nuevos aportes sobre su ubicación

Octavio Penna Pieranti¹

Resumo

O tema dos “desertos de notícias” ganhou ainda mais relevância na pesquisa acadêmica, nos últimos anos, a partir da publicação do Atlas da Notícia, embora este não seja um estudo acadêmico, e sim um censo do jornalismo local no Brasil. O objetivo deste artigo é analisar o panorama desses municípios no Brasil, considerando o cruzamento de bases de dados oficiais. Propõe-se avançar na conceituação firmada por aquela pesquisa, incorporando-se retransmissoras de TV e de FM e rádios comunitárias à análise. Com isso, chega-se a um universo de 938 desertos de notícias no país e outros 1.273 municípios onde se verificou apenas a existência de rádios comunitárias.

Palavras-chave: Desertos de notícias; rádios comunitárias; Atlas da Notícia.

Abstract

The theme of “news deserts” has gained even more relevance in academic research in recent years, following the publication of “Atlas da Notícia”, although this is not an academic study, but rather a census of local journalism in Brazil. The objective of this article is to analyze the panorama of these municipalities in Brazil, considering official databases. It is proposed to advance the concept established by that research, incorporating TV and FM retransmitters and community radio stations into the

¹ Doutor em Direito (UnB) e em Administração (Ebape/FGV), com pós-doutorado em Comunicação (UFRJ e UnB). Servidor público federal e professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Mídia e Tecnologia da Unesp (PPGMiT/Unesp). Autor/organizador de dez livros, sendo o mais recente “*Entre plantações de morangos, florestas e oceanos: arquivos esquecidos da Rádio Nacional recontam a origem da Radiobrás*” (FAC Livros, 2022, disponível para download gratuito). E-mail: octavio.pieranti@gmail.com. Orcid: 00000000-0002-2719-2431



analysis. This leaves a universe of 938 news deserts in the country and another 1,273 municipalities where only community radios exist.

Keywords: News deserts; community radios; “Atlas da Notícia”.

Resumen

El tema de los “desiertos informativos” ha ganado aún más relevancia en la investigación académica en los últimos años, tras la publicación del “Atlas da Notícia”, aunque no se trata de un estudio académico, sino de un censo del periodismo local en Brasil. El objetivo de este artículo es analizar el panorama de estos municipios en Brasil, considerando el cruce de bases de datos oficiales. Se propone avanzar en el concepto establecido por esa investigación, incorporando al análisis los retransmisores de TV y FM y estaciones de radio comunitarias. Esto deja un universo de 938 desiertos informativos en el país y otros 1.273 municipios donde sólo existen radios comunitarias

Palabras clave: Desiertos informativos; radios comunitarias; “Atlas da Notícia”.

Introdução

A diversidade de meios de comunicação vem sendo apresentada, no plano teórico, como elemento importante para o fortalecimento da democracia e a garantia de direitos. Por extensão, localidades sem acesso a esses meios tornaram-se objeto de preocupação, também no meio acadêmico, crescendo o interesse de pesquisadores por elas.

Essas localidades vêm sendo comumente chamadas de desertos de notícias. Há algumas variações possíveis em relação à definição desse conceito; neste artigo, consideram-se desertos de notícias os municípios que não sediam nenhum meio de comunicação que tenha, como foco principal ou atividade relevante, o jornalismo e a produção de conteúdo noticioso. Essa definição está de acordo com a praticada por trabalhos relevantes sobre o tema, a começar pelo Atlas da Notícia.

Essa pesquisa, de fato, cristalizou o uso do termo “desertos de notícias” no Brasil, bem como deu novas perspectivas ao estudo desse tema. Até seu início, em 2017, inexistia, no país, um estudo aprofundado e constantemente atualizado sobre os municípios com meios de comunicação de massa, bem como uma base de dados que os considerasse independentemente de tipo de mídia ou de plataforma tecnológica de operação. Ao se propor a levantar todos os meios de comunicação em funcionamento no Brasil, o Atlas da Notícia rompeu com esse cenário e, como consequência, jogou



luzes sobre o problema de municípios que, por razões diversas, não dispunham de meios de comunicação locais – os desertos de notícias.

A partir do cruzamento de bases de dados diversas, o objetivo deste artigo é analisar o panorama dos municípios brasileiros que podem ser considerados desertos de notícias, notadamente em função de sua disposição geográfica. Na próxima seção, será apresentado o debate sobre este tema no Brasil (e como o presente artigo nele se encaixa), a partir de levantamento de pesquisas acadêmicas anteriores no campo da comunicação. A seguir, se discorrerá sobre a metodologia do artigo, expondo-se as bases de dados utilizadas e como ocorreu o cruzamento das informações. Na última seção antes da conclusão, será feita uma análise da distribuição dos desertos de notícias no Brasil, a partir do levantamento realizado.

Considerações sobre desertos de notícia na pesquisa acadêmica brasileira

A importância dos meios de comunicação permeou debates nas ciências sociais que remontam a séculos anteriores. Foi associada, por exemplo, à revelação da verdade, em uma formulação quase messiânica de Alexis de Tocqueville (2000, p. 138): “Todos logo se dirigem para essa luz, e esses espíritos errantes, que se procuravam desde havia muito nas trevas, por fim se encontram e se unem”.

Ao longo do século XX, a abordagem tornou-se menos idealista, mas, ainda assim, conferiu aos meios de comunicação importantes funções em sua relação com os poderes formalmente constituídos. Lenin (1976, p. 38) retratou a imprensa como elemento importante para fiscalizar o Estado e “desmascarar todas as infâmias e todos os crimes da autocracia russa”. Bem mais recentemente, esse papel foi enunciado, por teóricos do jornalismo, como o de “cão de guarda do público” (Wheeler, 1997; Kovach; Rosenstiel, 2003), dentre outras variações, e considerado ainda mais importante em países em desenvolvimento:

Como transmissor de demandas, o jornalismo de desenvolvimento constitui uma espécie de grupo de pressão nos processos de tomada coletiva de decisão. Ao mesmo tempo, ele controla o governo e a administração ao denunciar o abuso de poder e a corrupção. Em termos locais e regionais, é o equivalente do protesto popular. O jornalista de desenvolvimento é potencialmente um canal mediante o qual o povo pode influenciar os políticos (Kunczik, 2002, p. 347).

O exercício efetivo dessa competência depende da garantia de independência dos meios de comunicação em relação aos poderes constituídos (Herman; Chomsky,



2003). Passa, ainda, pela existência de fontes de informação diversificadas, que possam tratar dos problemas concretos sob abordagens distintas e fortalecer uma perspectiva de democracia mais plural (Dahl, 2001).

Por óbvio, não se pretende resumir, em três parágrafos, séculos e, de forma mais intensa, recentes décadas de debates sobre a importância dos meios de comunicação para as sociedades contemporâneas. Almeja-se, por outro lado, situar o tratamento dos desertos de notícias como uma consequência natural desses debates. Ora, se pesquisas têm sido feitas sobre a ausência de meios de comunicação em localidades específicas, isso ocorre justamente pela percepção de que esse fato é, em si, um problema central à construção de democracias sólidas e sociedades plurais.

A discussão específica sobre desertos de notícias, no Brasil, ganhou impulso significativo a partir da pesquisa Atlas da Notícia, iniciada em 2017 e brevemente descrita na próxima seção deste artigo. Pesquisadores brasileiros também têm ressaltado a importância de outro estudo, que serviu de inspiração ao Atlas da Notícia: o *America's Growing News Desert*, da revista *Columbia Journalism Review*, que mapeou o funcionamento de jornais nos Estados Unidos (Javorski; Bargas, 2020; Miranda, 2021).

Nos últimos anos, a preocupação acadêmica com desertos de notícias, no Brasil, extrapolou esses estudos seminais e foi manifestada em diversas pesquisas. A maior parte delas é composta por estudos de casos concretos, nos quais seus autores dedicaram-se a examinar a situação de realidades locais específicas. Nesse sentido, foram encontrados estudos, por exemplo, sobre a região centro-oeste (Barros, 2019); o estado do Paraná (Ribeiro; Barros Júnior, 2022); a região administrativa de Bauru, em São Paulo (Miranda, 2021); e os municípios de Flores e Betânia, em Pernambuco (Amorim, 2022); Rondon do Pará, no Pará (Javorski; Bargas, 2020); São Sebastião do Alto, Macuco, Rio das Flores, Comendador Levy Gasparian; Laje do Muriaé e São José de Ubá, no Rio de Janeiro (Deolindo, 2021); Pato Bragado e Francisco Alves, no Paraná; Itacurubi e São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul; e Saltinho e Sul Brasil, em Santa Catarina (Furlanetto, 2021). Também foram observados estudos que se dedicam a examinar como determinados municípios acabam por cumprir uma função de centros regionais de notícias, dedicando-se a cobrir outros, a eles vizinhos, que não dispõem de meios locais ou onde esses são escassos (Reis, 2019).

Outro estudo de caso considera os desertos de notícias, olhados nacionalmente, à luz de uma política pública recente: a migração AM-FM. Em síntese, a partir de 2013,



o governo federal autorizou, por meio do decreto nº 8.139, de 7 de novembro daquele ano, que emissoras de rádio operando em ondas médias fossem transformadas em estações em frequência modulada, uma antiga demanda das entidades representativas do segmento de radiodifusão comercial (Medeiros; Prata, 2019; Medeiros, 2020). Por um lado, isso significa uma redução de custos, notadamente no que se refere ao consumo de energia elétrica, o que colabora com a viabilidade econômica dessas emissoras. Por outro, contudo, a área coberta por essas estações tende a diminuir em função de características técnicas específicas dessa faixa de operações, o que pode significar o surgimento de novos desertos de notícias. Do ponto de vista teórico, essa é uma preocupação válida; na prática, porém, é discutível: como as antigas estações AM estão sujeitas a interferências técnicas relacionadas com a urbanização do país, possivelmente já não cobriam a contento grande parte da área imaginada.

Bem menos comum vem sendo a problematização dos desertos de notícias por outras perspectivas. Cite-se, como exemplo, nesse sentido, um estudo recente que se propôs a sistematizar artigos brasileiros que trataram desse tema anteriormente (Coutinho; Moreira; Martins, 2022). Foram reunidas 42 produções científicas que se utilizaram desse conceito. Desse levantamento foram ressaltadas algumas discussões, como a relação entre desertos de notícias e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

O que não se observou, no âmbito da presente pesquisa, foi outro estudo que tenha se proposto a dar um passo além do Atlas da Notícia. Em que pese se tratar de um levantamento exaustivo e aprofundado, entende-se que, ainda assim, é possível questionar se alguns dos municípios ali apontados são, de fato, desertos de notícias. Vale lembrar que o Atlas da Notícia, assim como toda e qualquer pesquisa, também apresenta limitações, como não dispor de informações sobre meios de comunicação em diversos municípios brasileiros (ou só ter disponibilizado esses dados depois deste estudo). Pretende-se, aqui, avançar justamente no sentido de dimensionar os desertos de notícias no Brasil, considerando as bases públicas de dados existentes no país, nos termos explicitados a seguir.

Metodologia

Para se realizar o mapeamento dos desertos de notícias no Brasil, partiu-se de um amplo levantamento anterior e de bases de dados públicas. Nesta seção é exposto o passo-a-passo para se chegar aos resultados apresentados a seguir.



Em um primeiro momento, recorreu-se ao Atlas da Notícia e, mais especificamente, aos resultados disponíveis nesse site em abril de 2023. Trata-se de uma iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), mantenedor do Observatório da Imprensa, em parceria com Volt Data Lab, com o objetivo de mapear veículos produtores de notícias em cada município brasileiro. Entre eles estão incluídos desde o que se pode chamar de “mídia tradicional” (jornais, revistas e emissoras de rádio e de TV) até páginas na internet e perfis em redes sociais.

Depois da conclusão dessa fase, o Atlas da Notícia atualizou sua base de dados em pouco mais de mil veículos até 30 de agosto de 2023. Esses acréscimos também foram considerados.

Ressalte-se que o conceito de “veículos produtores de notícias”, adotado neste projeto, refere-se à cobertura de temas de interesse público e de ações do poder público (Atlas, 2022). Assim, não estão incluídos nesta listagem os veículos dedicados, por exemplo, apenas a esportes, prestação de serviços no âmbito de eventos culturais e vida pessoal de artistas.

O foco central do Atlas da Notícia é o mapeamento dos veículos, que são listados, um a um, em plataforma que admite filtro por nome do meio ou município em que atua, dentre outros. Assim, foi comparada a lista de todos os municípios brasileiros com a base de dados do Atlas da Notícia, resultando em uma listagem de 2.676 municípios sem nenhum registro de meio de comunicação local.

A seguir, recorreu-se à base de dados extraída do Sistema Mosaico da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel, 2023), consolidada a partir de informações inseridas pelo Ministério das Comunicações e pela própria Agência, até 25 de abril de 2023. Esta é a base de dados oficial para grande parte dos serviços de radiodifusão do país; em outras palavras, dela constam todas as emissoras de rádio FM e de TV e retransmissoras de TV e FM com outorga para funcionamento no Brasil.

Da listagem de municípios sem meios de comunicação, verificada a partir da base de dados do Atlas da Notícia, foram retirados aqueles em que há registro de emissora de rádio FM (comercial, educativa ou consignação da União) e de TV (por radiodifusão, ou seja, “aberta”). A seguir, foram também retirados os municípios localizados na Amazônia Legal onde há retransmissora de TV ou de FM. No caso do primeiro serviço, o art. 33, inciso II, do decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, prevê que essas estações podem inserir até 15% de programação localmente. No caso do segundo, o art. 4º, §3º da lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018 (com alterações



posteriores), dispõe que as estações poderão inserir localmente até três horas diárias de programação jornalística e 15% de programação sem cunho jornalístico, considerado o tempo total de transmissão.

Ou seja: na Amazônia Legal, estações retransmissoras de TV e de FM atuam também como meios de comunicação capazes de veicular conteúdos produzidos e inseridos localmente na programação, logo os municípios em que elas transmitem não devem ser considerados desertos de notícia. Assim, foram encontrados 465 municípios, além daqueles observados no Atlas da Notícia, em que existem meios de comunicação locais.

Por fim, dentre os municípios remanescentes, foram separados aqueles nos quais existem apenas uma ou mais rádios comunitárias (com outorga e registrada como em funcionamento). A lista dessas emissoras consta de sistema no site do Ministério das Comunicações, que foi acessado em 1º de maio de 2023 (MCOM, 2023). Por força das características técnicas extremamente restritivas desse serviço, dispostas na lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, essas emissoras operam com potência muito baixa e insuficiente para cobrir, na íntegra, grande parte dos municípios brasileiros. Assim, os municípios onde existem apenas essas estações podem ser considerados desertos de notícias parciais, com alguns bairros ou ruas sem acesso a meios locais. Uma afirmação mais precisa em relação a esses municípios dependeria de estudos de cobertura caso-a-caso, o que não foi possível realizar no âmbito do presente estudo.

Ainda sobre rádios comunitárias, vale lembrar a instabilidade dessas emissoras, decorrente, em muitos casos, do caráter restritivo da própria legislação. Além do alcance limitado, fruto da baixa potência prevista em lei, essas estações enfrentam sérias dificuldades para garantir sua sustentabilidade, dada a vedação à veiculação de publicidade comercial e à falta de previsão de uma fonte de recursos capaz de substituí-la. Fechamentos são comuns, bem como há relatos de mudanças no perfil da programação e eventual perda de protagonismo (Peruzzo, 2010; Cabral, 2012; Brock, Malerba, 2013; Carvalho, 2016).

Chegou-se, então, a duas listas: (a) 938 municípios que são desertos de notícia, onde não há qualquer veículo de comunicação local em operação, considerando-se as bases de dados citadas; e (b) 1.273 municípios onde só existem rádios comunitárias e que podem ser considerados desertos de notícia “parciais” pelos motivos mencionados.

A próxima seção deste artigo trata desses municípios.



Desertos de notícias no Brasil

Destaque-se, de início, o impacto que o uso das bases de dados mencionadas na seção anterior causa no mapeamento dos desertos de notícias no Brasil. De acordo com os registros do Atlas da Notícia, no momento da consulta, 2.676 municípios poderiam ser caracterizados dessa forma; utilizando-se os sistemas oficiais de sistematização de estações de rádio e TV, esse total cai para 938 municípios, ou seja, uma queda de quase 65%.

Três serviços em específico merecem ser ressaltados. De um total de 772 municípios existentes na Amazônia Legal – região que abrange os estados da região Norte, além de Mato Grosso e o oeste do Maranhão –, retransmissoras de FM e principalmente de TV são os únicos meios de comunicação encontrados em 155 (20%, portanto). Esse resultado expressivo reforça conclusões de estudos anteriores de que a política pública de interiorização das redes de TV, por meio de outorgas discricionárias, gratuitas e com custos operacionais menores (as retransmissoras), foi importante para garantir a veiculação de conteúdos locais em municípios amazônicos (Lobato, 2017; Pieranti, 2018). Vale lembrar que grande parte desses municípios têm potencial econômico reduzido e, por isso, provavelmente demorariam a ser contemplados com geradoras.

O terceiro serviço é o de radiodifusão comunitária. Mesmo com a pesquisa detalhada do Atlas da Notícia, que inclui até portais da internet e páginas em redes sociais, verifica-se que 1.273 municípios (22,8%) dispõem apenas de rádios comunitárias. Já se mencionou que elas não garantem a cobertura integral de grande parte das cidades. Ainda assim, os números revelam que esse vem sendo um meio efetivo para se diminuir, de forma consistente, o total de desertos de notícias no país. Esses números reforçam, ainda, a importância de políticas públicas que estimulem a organização das comunidades locais e a viabilização de novas rádios comunitárias. Exemplo disso são os Planos Nacionais de Outorgas (PNOs) que, a partir de 2011 e com maior ênfase até 2016, tiveram foco principalmente em municípios pouco atendidos por meios de comunicação locais (Pieranti, 2017). Passa-se, agora, à análise com foco nos municípios e sua população:

**Tabela 1** – Municípios e população

Municípios	Total	População total	Média por mun.
Com meios de comunicação	3.359	186.520.283	55.528,5
Apenas rádios comunitárias	1.273	11.295.995	8.873,5
Desertos de notícias	938	5.246.234	5.593

Fonte: Elaborada pelo autor.

Essa tabela evidencia que 16,5 milhões de pessoas (8,1% do total do país) residem em municípios sem meios de comunicação ou com cobertura limitada, onde funcionam apenas rádios comunitárias. Desertos de notícias costumam ser municípios, em média, com populações menores. Há, porém, exceções. Os desertos de notícias mais populosos são Bodocó-PE (com 34.478 habitantes), Poço Redondo-SE (33.439) e Água Preta-PE (26.461) e a eles se somam outros doze municípios com mais de vinte mil habitantes. Já os municípios mais populosos onde funcionam apenas rádios comunitárias são Cidade Ocidental-GO (91.767), Vargem Grande Paulista-SP (50.333) e São Sebastião do Passé-BA (40.958), além de outros 79 municípios com mais de vinte mil habitantes.

Assim, há um conjunto de quase cem municípios brasileiros com população superior a vinte mil habitantes onde inexistem meios de comunicação locais ou onde funcionam apenas rádios comunitárias. Existem, ainda, desigualdades regionais, retratadas a partir das próximas tabelas.

Tabela 2 – Municípios desertos de notícias por região

Região	Desertos	% Mun.	Pop. em desertos	% Pop. Total
Norte	26	5,8%	101.279	0,6%
Nordeste	362	20,2%	2.854.942	5,2%
Centro-Oeste	54	11,6%	197.202	1,2%
Sudeste	291	17,4%	1.363.226	1,6%
Sul	205	17,2%	729.585	2,4%

Fonte: Elaborada pelo autor

**Tabela 3** –Municípios com apenas rádios comunitárias por região

Região	Mun. Radcom	% Mun.	População	% Pop. Total
Norte	28	6,2%	172.855	1%
Nordeste	512	28,5%	6.067.300	11,1%
Centro-Oeste	47	10%	322.497	2%
Sudeste	442	26,5%	3.449.775	4%
Sul	244	20,5%	1.283.568	4,3%

Fonte: Elaborada pelo autor

Em conjunto, as duas tabelas evidenciam que 16,3% dos residentes no Nordeste, distribuídos em quase metade dos municípios da região, encontram-se em desertos de notícias ou em localidades que contam apenas com rádios comunitárias. Na ponta oposta, apenas 1,6% da população da região Norte vive situação semelhante, conforme tratado logo a seguir neste artigo. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nessa ordem, encontram-se entre os dois polos citados, considerando-se individualmente, nas duas tabelas, os percentuais da população apontados.

Em nenhuma outra região, além do Nordeste, verifica-se percentual superior ao de 8,1% deduzido da Tabela 1. Ou seja, o resultado observado nessa região é determinante para a subida do percentual nacional da população residente em desertos de notícias e em municípios que dispõem apenas de rádios comunitárias.

Uma observação por unidade da federação permite, ainda, considerações adicionais. Nos seguintes estados, mais de trezentas mil pessoas residem em desertos de notícias: Minas Gerais (769.531 pessoas); Bahia (722.422); São Paulo (507.698); Piauí (506.918) e Paraíba (325.041). Os estados com mais desertos de notícias são Minas Gerais (168 municípios); São Paulo (114); Rio Grande do Sul (78); Paraná (64) e Bahia (61).

Em cinco estados, mais de setecentas mil pessoas residem em municípios onde só foram encontradas rádios comunitárias: Minas Gerais (2.022.729 pessoas); Bahia (1.543.149); São Paulo (1.227.723); Pernambuco (1.116.887) e Rio Grande do Norte (720.951). As unidades da federação com mais municípios onde só foram verificadas rádios comunitárias são Minas Gerais (283); São Paulo (144); Bahia (104); Rio Grande do Sul (100); e Paraná (92).



Em seis estados, mais da metade dos municípios são desertos de notícias ou contam apenas com rádios comunitárias locais: Rio Grande do Norte (78,4% dos municípios); Piauí (73,2%); Paraíba (57,8%); Alagoas (56,8%); Sergipe (54,6%) e Minas Gerais (52,9%). Em regra, trata-se de pequenos municípios, logo a relação entre a população neles residente e a total do estado não acompanha esses percentuais. Ainda assim, é digno de nota que, em mais de um quinto das unidades da federação, mais da metade dos municípios não seja plenamente coberta por meios de comunicação locais. A presença de cinco estados do Nordeste nesta lista ajuda também a explicar os elevados percentuais da região observados nas tabelas 2 e 3.

Há discrepâncias significativas entre os estados do Sudeste: os altos números registrados em Minas Gerais e São Paulo contrastam com resultados opostos no Rio de Janeiro (um deserto de notícias, Santa Maria Madalena, e um município apenas com rádio comunitária, Quatis) e Espírito Santo (oito e catorze, respectivamente). Também no Centro-Oeste verifica-se diferença palpável: em Goiás, há 44 desertos de notícias e 42 municípios apenas com rádios comunitárias, enquanto Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, somados, respondem por quinze municípios nessas duas categorias. Não se observam discrepâncias tão significativas entre os estados das regiões Norte e Sul.

Por outro lado, foi observado que, nos seguintes quatro estados, além do Distrito Federal, não há desertos de notícias ou municípios que contem apenas com rádios comunitárias: Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Já no Amazonas não há deserto de notícias, mas existe um município (Tapauá) apenas com registro de rádio comunitária. A óbvia característica em comum entre esses estados é sua localização na região Norte.

Retransmissoras de TV e FM, com possibilidade de inserção de conteúdo local, têm papel significativo para o alcance desses resultados. Essas estações foram os únicos meios de comunicação (além de eventuais rádios comunitárias) encontrados em três municípios no Acre; seis no Amapá; sete em Roraima; nove em Rondônia; e catorze no Amazonas. Esses números representam entre 13,6% (caso do Acre) e 46,6% (Roraima) dentre todos os municípios dos respectivos estados.

Por fim, é importante lembrar que as bases de dados são retratos de um momento e não permitem, por si só, a análise de tendências ou perspectivas. Nesse sentido, vale comentar, de forma breve, uma apreciação do próprio Atlas da Notícia: essa pesquisa apontou a redução de 8,6% nos desertos de notícias, em 2023, em comparação com o ano anterior e, em parte, graças ao aumento de meios online (Atlas da Notícia, 2023a).



O recuo foi observado em diversas regiões, como Nordeste e Centro-Oeste, no entanto persistem motivos para preocupação. Um é a redução de iniciativas jornalísticas em parte do país, incluindo o fechamento de 41 delas apenas no DF (Atlas da Notícia, 2023b). Isso, por óbvio, reduz a diversidade de meios de comunicação, tida como essencial ao fortalecimento da democracia por diversos autores, como já mencionado anteriormente. Além disso, é importante destacar que o acesso à internet ainda é objeto de limitações significativas para boa parte dos brasileiros, logo há de se questionar até que ponto meios online, de fato, são capazes de substituir os tradicionais, como os antigos impressos e emissoras de rádio e de TV.

Considerações finais

Nas seções anteriores, buscou-se quantificar e analisar, em termos geográficos, os desertos de notícias no Brasil. A partir do uso de outras bases de dados, verificou-se que há menos municípios com essas características que os apontados na principal pesquisa anterior sobre esse tema, o Atlas da Notícia.

Ainda assim, os números são significativos. Existem 938 desertos de notícias, que não são sede de meios de comunicação locais, e outros 1.273 municípios, onde foram encontradas apenas rádios comunitárias que, pelas características técnicas do serviço, tendem a não os cobrir por inteiro. Nessas localidades residem cerca de 16,5 milhões de pessoas, o que equivale a 8,1% da população total do país.

É preciso lembrar que esses números são dinâmicos. Seja no caso do Atlas da Notícia, seja no caso desta pesquisa, as bases de dados refletem um momento específico. Depois dele, novos meios de comunicação foram criados e outros deixaram de funcionar, possivelmente mudando a listagem dos desertos de notícias. Assim, os números absolutos, em qualquer pesquisa sobre o tema, devem ser vistos com cautela; mais importante é verificar a ordem de grandeza do problema e interpretá-lo, o que se buscou fazer neste artigo.

Além disso, também é importante lembrar que a população residente nesses municípios, por óbvio, informa-se pelos meios que estão disponíveis, como portais de notícias, retransmissoras das principais redes de TV, emissoras localizadas nos municípios vizinhos e grupos de aplicativos de mensageria (que não dispõem normalmente de curadoria ou de abordagem jornalística, o que gera problemas de outra ordem e que não foram objeto deste artigo). Mesmo essas fontes podem veicular



conteúdos sobre os municípios que são desertos de notícias, atendendo, em alguma medida, a demanda por informações locais.

Por fim, é possível tecer um breve comentário sobre por que ainda existem tantos desertos de notícias no país e o que pode ser feito para reduzi-los. Uma das causas para esse cenário pode ser a falta de alternativas para garantir a sustentabilidade de novos meios de comunicação locais.

Nesse caso, é necessário pensar em políticas públicas que não apenas incentivem o surgimento de meios de comunicação nos desertos de notícias, como também viabilizem sua operação cotidiana. Outra possibilidade é a atuação estatal direta, por exemplo, a partir da expansão da comunicação pública, observando arranjo regulatório que permita a veiculação de conteúdos locais. Não são alternativas simples, tendo em vista os custos envolvidos, necessária qualificação da mão de obra e as demais áreas que demandam investimento público, dentre outros fatores. O avanço dessa discussão, no entanto, é necessário e deve ser objeto de pesquisas futuras.

Referências

AMORIM, Gêssica Maria Bezerra de. **Coletivo Acauã: uma proposta para pensar o jornalismo local, os desertos de notícia e a produção jornalística nos municípios de Flores e Betânia**. Caruaru-PE: UFPE, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social.

ANATEL. **Sistema Mosaico**. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Sobre o Atlas da Notícia**. 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/institucional/sobre-o-atlas-da-noticia/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Brasil tem redução de 8,6% nos desertos de notícias em 2023, mas jornalismo local precisa de incentivo**. 9 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/v6/brasil-tem-reducao-de-8-6-nos-desertos-de-noticias-em-2023-mas-o-jornalismo-local-precisa-de-incentivo/>. Acesso em: 1º jan. 2024.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Diminui a quantidade de iniciativas jornalísticas na região Centro-Oeste**. 9 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/v6/diminui-a-quantidade-de-iniciativas-jornalisticas-na-regiao-centro-oeste/>. Acesso em: 1º jan. 2024.

BARROS, Larissa Cristina Sampaio. **Desertos de notícia e Comunicação Pública: um estudo de caso sobre o Atlas da Notícia**. Brasília-DF: UnB, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação.

BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo. Um ar mais livre? Uma breve abordagem comparativa da situação legal das rádios comunitárias na Europa e América do Sul. In: **IX Conferência**



Brasileira de Mídia Cidadã. 2013. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Joao-Paulo-Malerba.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CABRAL, Adilson V. A formulação de políticas no setor de rádios comunitárias no Brasil: por um modelo que compreenda o desenvolvimento humano e social. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, v. 1, n. 6, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3919431.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARVALHO, Marcus Aurélio de. Rádios Comunitárias e Crise Existencial O Cotidiano na Era do Ouvinte Comunicador?. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2425-1.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva; FRANCO, Cézár; MOREIRA, Sônia Virgínia. Desertos de notícias na produção científica brasileira: origem do conceito, contextos e aplicações no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Eptic**, v. 24, n. 2, p. 65-79, 2022.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia.** Brasília: UnB, 2001.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva et al. Os desertos de notícias e a comunicação em pequenas cidades fluminenses. **Anais. Intercom – 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-gc/jacqueline-da-silva-deolindo.pdf>. Acesso em 13 jan. 2025.

FURLANETTO, Anna Carolina Roque et al. **Desertos de notícia e o jornalismo de interior: uma análise de seis cidades interioranas da região Sul.** São Borja-RS: Unipampa, 2021. Trabalho de conclusão de curso.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A Manipulação do Público: Política e poder econômico no uso da mídia.** São Paulo: Futura, 2003.

JAVORSKI, Elaine; BARGAS, Janine. A informação sobre a Covid-19 nos desertos de notícias: a relevância do jornalismo interior do Pará. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, 2020.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul.** São Paulo: EdUsp, 2002.

LENIN, V. I. **Prensa y Literatura.** Madrid: Akal, 1976.

LOBATO, Elvira. **Antenas da floresta: a saga das TVs da Amazônia.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

MCOM. **Radcom – Relação de Entidades Autorizadas.** Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/assuntos/radio-e-tv-aberta/radcom-radio-comunitaria>. Acesso em: 1º mai. 2023.

MEDEIROS, Rafael Ferreira. A função social do rádio local entre desertos de notícia e zonas de silêncio: reverberações da migração am-fm. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, 2020.



MEDEIROS, Rafael; PRATA, Nair. Reverberações da migração AM-FM: sobre a função social do rádio local, desertos de notícia e zonas de silêncio. **Anais**. Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais, v. 1, n. 3, 2019.

MIRANDA, Giovanni Vieira. **Desafiando a desertificação da mídia**: o jornalismo hiperlocal como instrumento de aproximação informativa em contraste aos desertos de notícia na Região Administrativa de Bauru, interior de São Paulo. Bauru-SP: Unesp, 2021. Tese de Doutorado.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. **Encontro Anual da Compós**, v. 19, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas Públicas de Radiodifusão no Governo Dilma**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2017.

PIERANTI, Octavio Penna. A distribuição geográfica das estações locais de TV no Brasil. **Revista Famecos**, v. 25, n. 3, 2018.

REIS, Thays Assunção. Consumo de notícias no interior: relatos sobre duas cidades pequenas do Maranhão. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1559-1.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

RIBEIRO, Alexsandro; BARROS JÚNIOR, José Lázaro Ferreira. Deserto de notícias: um olhar sobre a diferença de oferta midiática entre grandes centros urbanos e pequenas cidades no Paraná. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 48, 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WHEELER, Mark. **Politics and the Mass Media**. Massachusetts, EUA: Blackwell Publishers Inc., 1997.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.